

# REDUZIR CONTROLES É AUMENTAR CUSTOS

Carlos Chagas

Pertence ao folclore a história do cidadão que resolveu ensinar seu cavalo a puxar carroça sem comer nem beber. Afinal, era uma grande economia. Ia tudo muito bem, depois de alguns dias o bicho estava quase aprendendo. Só que, de repente, morreu — de fome e de sede.

A história se conta a propósito dos cortes que o governo já fez no Orçamento e dos que mais fará, agora por exigência do Fundo Monetário Internacional. A supressão de recursos entrou firme nas verbas para a merenda escolar e para planos educacionais antes julgados imprescindíveis. Não se pouparam hospitais públicos, que vão fechar, nem campanhas para a erradicação de doenças como Aids, dengue, cólera e tuberculose. Cortes na área dos transportes eliminarão milhares de empregos pela paralisação da conservação das rodovias.

Dirão os que seguram o cabo da faca ser inevitável enfiá-la no paquiderme, único meio de preservar-lhe a vida. Terão razão, na teoria, se o objetivo é diminuir gorduras e até nacos glúteos de carne, mas, na prática, arriscam-se a atingir pontos vitais do organismo nacional. Acabam cortando artérias e jugulares.

Tome-se, no âmbito do Ministério da Fazenda, a extinção das doze delegacias da Secretaria Federal de Controle, responsável por fiscalizar a utilização das verbas de quase todos os ministérios, destinadas ao interior. Ficam de fora apenas os militares e o Itamaraty.

O objetivo da SFC, com seus 1.800 funcionários, é percorrer o país e ver se as múltiplas dotações do governo aos estados e municípios estão produzindo resultados. Um exemplo: se determinado prefeito utiliza mesmo para combater a dengue o dinheiro repassado do Ministério da Saúde, em vez de aplicá-lo em campanhas partidárias. Ou se os aparelhos de televisão e videocassete enviados às escolas pelo Ministério da Educação não se encontram instalados na casa da diretora, de alguma privilegiada professora ou até do prefeito, e não colocados nas salas de aula. Mais ainda: cabe à SFC verificar se os milhões enviados para asfaltar uma estrada do Sudeste ou do Norte foram mesmo usados para isso ou desviados para obra malfeita, implantação de diminutas camadas de asfalto que viram buraco à passagem do primeiro caminhão. Como saber se os recursos para a eletrificação rural mandados a determinada região pelo Ministério da Agricultura não serviram apenas para iluminar a fazenda de alguns vereadores e até dos deputados votados por ali, sem beneficiar o pequeno produtor?

Ainda este mês vinha sendo investigada uma farra que só não é do boi porque se refere aos automóveis. Em São Paulo, há dez anos que as seguradoras repassam para os cofres públicos a mesma quantia referente ao seguro obrigatório da frota de veículos do estado. O problema é que em dez anos a frota se

multiplicou; quer dizer, por onde anda a diferença?

A SFC vinha prestando excelente serviço aos cofres públicos, já que o mau uso de determinada verba num município ou num estado específico servia para alertar os fiscais no sentido de que, em outros estados e municípios, aquilo também poderia estar acontecendo. Só neste ano de 1998 foram promovidas e terminadas três mil fiscalizações destinadas a saber, primeiro, se o dinheiro chegou mesmo; depois, se está sendo gasto de acordo com o objetivo governamental; e, em terceiro lugar, se há resultados. No reverso da medalha, as fiscalizações também servem para verificar se o Tesouro Nacional vem recebendo o

que lhe é devido, independentemente do trabalho da Receita Federal. Perto de cinco mil fiscalizações encontravam-se em andamento, sendo que as já concluídas tiveram endereço certo — o Tribunal de Contas da União, encarregado das providências administrativas, e o Ministério Público, a cargo das providências penais.

Fica difícil calcular quanto o Tesouro Nacional terá economizado e mais iria economizar a partir da denúncia do mau uso do dinheiro público, mas, certamente, será muitas vezes superior ao que o governo economizará fechando a Secretaria Federal de Controle, que custa R\$ 70 milhões por ano. Não apenas o desperdício de recursos da União fi-

cará sem limites, mas, em especial, registre-se já ter a festa começado numa das pontas de equação. Estão felizes os maus políticos. Na outra ponta, nos ministérios, celebram os maus administradores. Porque a partir de agora o controle da distribuição de verbas ficará por conta, apenas, dos organismos situados na estrutura dos próprios ministérios.

E se existirem vícios de origem, como sempre existem, nada haverá para impedi-los de germinar, de dar frutos e de ser colhidos pelos mesmos pilantras de sempre. Reduzir o controle equivalerá a aumentar os custos, ironicamente numa operação destinada a cortar gastos.

■ Carlos Chagas é jornalista



Arte: Chico Régis